



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141499 - SP (2021/0014446-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : LEANDRO DOS SANTOS QUINTEIRO (PRESO)
ADVOGADOS : ELISABETH DE FÁTIMA SONA E OUTRO(S) - SP350412
RENAN JUNIOR TOLEDO - SP352009
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por LEANDRO DOS SANTOS QUINTEIRO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2218109-49.2020.8.26.0000).

O recorrente foi condenado às penas de 2 anos, 1 mês e 10 dias de detenção, de 3 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão, ambas no regime inicial semiaberto, e de 41 dias-multa, bem como à suspensão do direito de dirigir ou a proibição de obter permissão ou habilitação para conduzir veículo automotor pelo prazo de 1 ano e 4 meses, como incurso nos arts. 129, *caput*, por duas vezes, na forma do art. 70, ambos do Código Penal, 306 e 308, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, e 15 da Lei 10.826/2003.

Sustenta que o magistrado singular não teria computado o período de prisão preventiva ao fixar o regime de cumprimento inicial da sanção reclusiva, violando o disposto no art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal.

Aduz que, aplicada a detração, faria jus ao modo de execução aberto.

Requer, liminarmente e no mérito, que seja estabelecido o regime aberto para o cumprimento inicial da pena que lhe foi imposta.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção do regime prisional fixado na sentença (fls. 47-48):

A via eleita é inidônea ao fim propugnado. O paciente já ostenta condenação criminal transitada em julgado, o qual desafia revisão criminal para desconstituir a coisa julgada, não cabendo a alteração do título executivo em sede de habeas corpus, via estreita e de cognição sumária.

Ademais, regime prisional fixado na r. sentença afigurou-se compatível com a quantidade de pena aplicada e a situação concreta, não se verificando ilegalidade patente.

Sob outro aspecto, não era o caso de fazer incidir a detração prevista no artigo 387, §2º do Código de Processo Penal como parâmetro para a fixação do regime inicial de pena, porque este não decorre apenas de mero cálculo aritmético, mas de avaliação

conjugada das circunstâncias judiciais desfavoráveis como, inclusive, estabelece o artigo 33, §3º do Código Penal.

Nesse sentido, a presença de elementos concretos, já avaliados na r. decisão objurgada, impediu a alteração do regime prisional para deixá-lo mais brando.

É importante consignar que em sede de habeas corpus a ilegalidade deve ser patente, inequívoca para demonstrar o constrangimento impelido ao paciente, o que não se evidencia no caso em exame.

Assim, não há patente ilegalidade ou abuso de poder a serem sanados pelo presente writ.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência